

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ

EDITAL Nº 001/2016

CONCURSO PÚBLICO para
Escrivão de Polícia Civil



T

Verifique se esta
LETRA é a mesma
do seu Cartão
de Respostas.

O CANDIDATO QUE FIZER
PROVA DE LETRA DIFERENTE
SERÁ ELIMINADO.

TRANSCREVA, EM ESPAÇO DETERMINADO NO SEU CARTÃO DE RESPOSTAS,
A FRASE DE ARISTÓTELES PARA EXAME GRAFOTÉCNICO

"A coragem é a primeira das qualidades humanas porque garante todas as outras."

CÓDIGO
S02

MANHÃ

ATENÇÃO

- DURAÇÃO DA PROVA: 5 horas.
- ESTE CADERNO CONTÉM 80 (OITENTA) QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA, CADA UMA COM 5 ALTERNATIVAS DE RESPOSTA – A, B, C, D e E – CONFORME DISPOSIÇÃO ABAIXO.

Disciplinas	Quantidade de questões	Valor de cada questão
Língua Portuguesa	10	0,1
Noções de Informática	05	0,1
Raciocínio Lógico	05	0,1
Noções de Direito Administrativo	10	0,1
Noções de Direito Constitucional	10	0,1
Noções de Direito Penal	10	0,2
Noções de Direito Processual Penal	10	0,2
Legislação Especial	10	0,1
Noções de Medicina Legal	10	0,1

- VERIFIQUE SE ESTE MATERIAL ESTÁ EM ORDEM. CASO CONTRÁRIO, NOTIFIQUE IMEDIATAMENTE O FISCAL.
- RESERVE OS 30 (TRINTA) MINUTOS FINAIS PARA MARCAR SEU CARTÃO DE RESPOSTAS E ANOTAR SEU GABARITO.
- O CADERNO DE QUESTÕES SERÁ ENTREGUE JUNTAMENTE COM O CARTÃO DE RESPOSTAS.
- CONFIRA OS DADOS CADASTRAIS CONTIDOS NO CARTÃO DE RESPOSTAS, CASO HAJA ALGUMA INCORREÇÃO, COMUNIQUE AO FISCAL.

LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO

- Siga, atentamente, a forma correta de preenchimento do Cartão de Respostas, conforme estabelecido no próprio.
- Não haverá substituição do Cartão de Respostas por erro do candidato.

Por motivo de segurança:

- O documento oficial original de identificação e os pertences recolhidos pelo fiscal de sala serão devolvidos na saída definitiva do candidato, após entrega do cartão de Resposta assinado e Caderno de Questões;
- A coleta de impressão digital será efetuada na entrada da sala, na lista de presença, e por ocasião da saída em definitivo do local de prova, no Cartão de Respostas;
- Após o início da prova e até a entrega do cartão de Respostas e Caderno de Questões, o candidato poderá pedir ao fiscal para autorizar sua ida ao banheiro, *permanecendo calado no trajeto*, sempre acompanhado do fiscal, sofrendo antes e depois da entrada na sala revista através de detector de metal;
- O candidato só poderá retirar-se definitivamente da sala após 2 (duas) horas do início efetivo da prova;
- Após 2 (duas) horas do início efetivo da prova, o candidato poderá anotar o gabarito da prova, exclusivamente, em formulário próprio a ser distribuído pelos fiscais de sala. Não será permitido, em momento algum, levar o caderno de questões.
- Os 03 (três) últimos candidatos deverão sair somente juntos, após assinarem o relatório de ocorrência;
- AO TERMINAR A PROVA, O CANDIDATO DEVERÁ SE RETIRAR IMEDIATAMENTE DO LOCAL, NÃO SENDO POSSÍVEL, NEM MESMO, A UTILIZAÇÃO DOS BANHEIROS E/OU BEBEDOUROS;
- O fiscal de sala não está autorizado a alterar quaisquer dessas instruções, em caso de dúvida, solicite a presença do coordenador local;
- A equipe de fiscalização não está autorizada a emitir opinião e prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas;
- Será eliminado do Concurso Público da POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ o candidato que, durante a realização da prova, descumprir os procedimentos contidos no EDITAL Nº 01/2016 - SEAD/PCPA, CONCURSO C-203.

BOA PROVA!

www.funcab.org

Texto para responder às questões de 01 a 10.

Difícilmente, em uma ciência-arte como a Psicologia-Psiquiatria, há algo que se possa asseverar com 100% de certeza. Isso porque há áreas bastante interpretativas, sujeitas a leituras diversas, a depender do observador e do observado. Porém, existe um fato na Psicologia-Psiquiatria forense que é 100% de certeza e não está sujeito a interpretação ou a dissimulação por parte de quem está a ser examinado. E revela, objetivamente, dados do psiquismo da pessoa ou, em outras palavras, mostra características comportamentais indissimuláveis, claras e objetivas. O que pode ser tão exato, em matéria de Psicologia-Psiquiatria, que não admite variáveis? Resposta: todos os crimes, sem exceção, são como fotografias exatas e em cores do comportamento do indivíduo. E como o psiquismo é responsável pelo modo de agir, por conseguinte, temos em todos os crimes, obrigatoriamente e sempre, elementos objetivos da mente de quem os praticou.

Por exemplo, o delito foi cometido com multiplicidade de golpes, com ferocidade na execução, não houve ocultação de cadáver, não se verifica cúmplice, premeditação etc. Registre-se que esses dados já aconteceram. Portanto, são insimuláveis, 100% objetivos. Basta juntar essas características comportamentais que teremos algo do psiquismo de quem o praticou. Nesse caso específico, infere-se que a pessoa é explosiva, impulsiva e sem freios, provável portadora de algum transtorno ligado à disritmia psicocerebral, algum estreitamento de consciência, no qual o sentimento invadiu o pensamento e determinou a conduta.

Em outro exemplo, temos homicídio praticado com um só golpe, premeditado, com ocultação de cadáver, concurso de cúmplice etc. Nesse caso, os dados apontam para o lado do criminoso comum, que entendia o que fazia.

Claro que não é possível, apenas pela morfologia do crime, saber-se tudo do diagnóstico do criminoso. Mas, por outro lado, é na maneira como o delito foi praticado que se encontram características 100% seguras da mente de quem o praticou, a evidenciar fatos, tal qual a imagem fotográfica revelamos exatamente algo, seja muito ou pouco, do momento em que foi registrada. Em suma, a forma como as coisas foram feitas revela muito da pessoa que as fez.

PALOMBA, Guido Arturo. Rev. *Psique*: nº 100 (ed.comemorativa), p. 82.

Questão 01

Para persuadir o ouvinte a chegar a determinada conclusão, em qualquer matéria polêmica, recorre o falante a estratégias argumentativas variadas, tais como:

1. deduções lógicas ou racionais
2. comparações esclarecedoras
3. ilustrações com passagens literárias
4. exemplificação com dados reais

No texto apresentado, vale-se o autor de:

- A) apenas 1 e 2.
- B) apenas 3.
- C) apenas 1, 2 e 4.
- D) 1, 2, 3 e 4.
- E) apenas 3 e 4.

Questão 02

Na argumentação desenvolvida, a expressão "Claro que..." (§4) tem como fim introduzir:

- A) ponto de vista alternativo orientado para a mesma conclusão do texto.
- B) argumento em favor da tese que está sendo defendida.
- C) conclusão relativa a argumentos apresentados anteriormente.
- D) concessão a ponto de vista divergente da tese defendida.
- E) justificativa ou explicação de ponto de vista anterior.

Questão 03

O pronome (em destaque) empregado para fazer referência a elemento que se encontra, não no texto, mas fora dele é:

- A) revela-NOS exatamente algo.
- B) ISSO porque há áreas.
- C) de quem O praticou.
- D) entendia o QUE fazia.
- E) ESSES dados.

Questão 04

Altera-se o sentido fundamental de: "algum estreitamento de consciência, no qual o sentimento invadiu o pensamento e determinou a conduta" com a substituição da preposição "em", que rege o relativo "o qual", por:

- A) no espaço de.
- B) no limiar de.
- C) na esfera de.
- D) no âmbito de.
- E) no domínio de.

Questão 05

Considere-se o seguinte período:

Mas, por outro lado, é na maneira como o delito FOI PRATICADO que SE ENCONTRAM características 100% seguras da mente de quem o praticou, A EVIDENCIAR fatos, tal qual a imagem fotográfica REVELA-nos exatamente algo, seja muito ou pouco, do momento em que FOI REGISTRADA.

Feitos eventuais ajustes indispensáveis, a substituição da forma verbal (em destaque) que altera fundamentalmente o sentido do enunciado está registrada em:

- A) foi registrada / se registrou.
- B) se encontram / são encontradas.
- C) a evidenciar / evidenciando.
- D) foi praticado / praticou-se.
- E) revela / tem revelado.

Questão 06

No período: "E como o psiquismo é responsável pelo modo de agir, por conseguinte, temos em todos os crimes, obrigatoriamente e sempre, elementos objetivos da mente de quem os praticou", a conjunção "como" está empregada com o mesmo valor relacional que em:

- A) COMO estava ferido, pediu socorro.
- B) Procedia sempre COMO manda a lei.
- C) COMO um cão, vivia farejando pistas.
- D) Eis o modo COMO o delito foi praticado.
- E) Era um psiquiatra tão bom COMO o pai.

Questão 07

Em: "O que pode ser tão exato, em matéria de Psicologia-Psiquiatria, QUE não admite variáveis?", a oração introduzida pela conjunção "que" (em destaque) pode ser reescrita, sem alteração de sentido, como:

- A) visto não admitir variáveis.
- B) até não admitir variáveis.
- C) em virtude de não admitir variáveis.
- D) ao não admitir variáveis.
- E) de sorte a não admitir variáveis.

Questão 08

Ao substituir-se "um fato" por "fatos", em: "existe um fato na Psicologia-Psiquiatria forense que é 100% de certeza", preserva-se a norma de concordância verbal com a seguinte construção modalizadora:

- A) deve existir fatos.
- B) deve haver fatos.
- C) devem existirem fatos.
- D) deve haverem fatos.
- E) devem haver fatos.

Questão 09

Mantém-se o acento grave no "a" que se lê em: "portadora de algum transtorno ligado à disritmia psicocerebral" com a substituição do complemento de "ligado" por:

- A) a disritmia psicocerebral em pauta.
- B) a possíveis disritmias psicocerebrais.
- C) a uma disritmia psicocerebral.
- D) a quaisquer disritmias psicocerebrais.
- E) a tal ou qual disritmia psicocerebral.

Questão 10

Tal como ocorre com "interpretaÇÃO" e "dissimulaÇÃO", grafa-se com "ç" o sufixo de ambas as palavras arroladas em:

- A) apreensão do menor – sanção legal.
- B) detenção do infrator – ascensão ao posto.
- C) presunção de culpa – coerção penal.
- D) interceção do juiz – contenção do distúrbio.
- E) submissão à lei – indução ao crime.

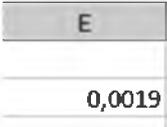
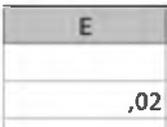
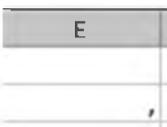
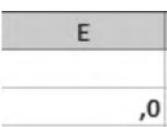
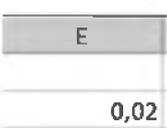
Questão 11

O valor 0,0019 foi inserido na célula E2 de uma planilha MS Excel 2010, em português. Parte dessa planilha é mostrada na figura a seguir.

fx 0,0019			
D	E	F	G
	0,0019		

Após a digitação do valor, a célula foi formatada com o código de formatação #.###,##. Esse código foi inserido na caixa de texto Tipo, da categoria Personalizado, presente no diálogo Formatar Células.

Qual figura exhibe o conteúdo da célula E2 após essa formatação ter sido aplicada?

- A) 
- B) 
- C) 
- D) 
- E) 

Questão 12

A figura a seguir exhibe um texto produzido com o editor MS Word 2010, em português.

Os seguintes alimentos apresentaram grande variação de preços na última pesquisa realizada:

1. Laticínios
2. Leite
3. Iogurte
4. Grãos
5. Feijão preto
6. Feijão carioca

Ele possui as seguintes características:

- Margens direita e esquerda: 6,00 cm
- Margens superior e inferior: 2,54 cm
- Tipo de fonte: Arial 11
- Recuo: 0 cm (todos)
- Espaçamento entre linhas: 1,08 (múltiplos)
- Espaçamento depois: 8 pt

Os alimentos pesquisados foram formatados com uma lista de vários níveis, todos eles numéricos.

Suponha que o autor do texto posicione o cursor imediatamente antes da letra L do primeiro elemento da lista (Laticínios) e, em seguida, pressione a tecla TAB.

Qual figura exhibe o resultado da aplicação dessas duas operações sobre o texto em questão?

- A) **Os seguintes alimentos apresentaram grande variação de preços na última pesquisa realizada:**
 1. Laticínios
 2. Leite
 3. Iogurte
 4. Grãos
 5. Feijão preto
 6. Feijão carioca
- B) **Os seguintes alimentos apresentaram grande variação de preços na última pesquisa realizada:**

Laticínios

 1. Leite
 2. Iogurte
 3. Grãos
 4. Feijão preto
 5. Feijão carioca

C) Os seguintes alimentos apresentaram grande variação de preços na última pesquisa realizada:

1. Laticínios
2. Leite
3. Iogurte
4. Grãos
5. Feijão preto
6. Feijão carioca

D) Os seguintes alimentos apresentaram grande variação de preços na última pesquisa realizada:

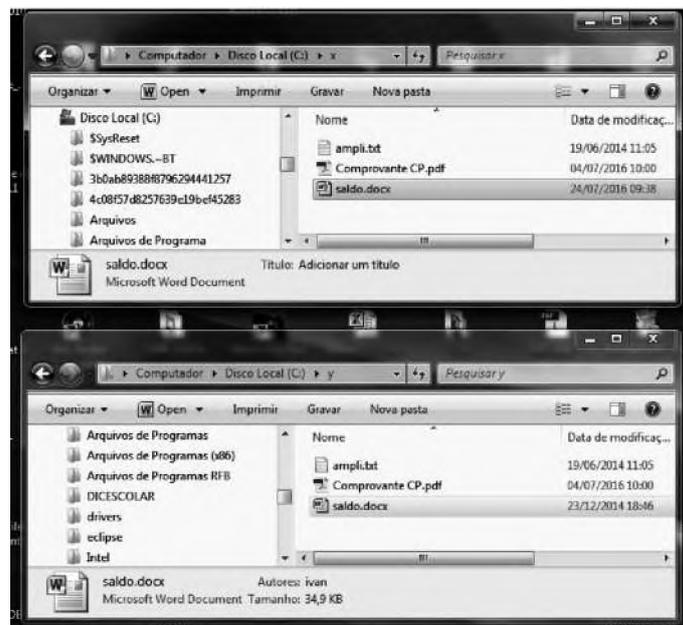
1. Laticínios
2. Leite
3. Iogurte
4. Grãos
5. Feijão preto
6. Feijão carioca

E) Os seguintes alimentos apresentaram grande variação de preços na última pesquisa realizada:

1. Laticínios
2. Leite
3. Iogurte
4. Grãos
5. Feijão preto
6. Feijão carioca
7. Feijão carioca

Questão 13

A figura a seguir exibe duas pastas distintas de uma instalação padrão do Windows 7, em português. O caminho completo da pasta da parte superior da figura é `c:\x`, e o da pasta da parte inferior é `c:\y`.



Um usuário selecionou com o mouse o arquivo `saldo.docx` da pasta `c:\x` (pasta de origem) e o arrastou para a pasta `c:\y` (pasta de destino), com o objetivo de movê-lo da 1ª pasta para a 2ª.

Sabendo-se que a pasta `c:\y` já possui um arquivo chamado `saldo.docx` e que ele é de leitura somente, qual será o resultado da operação descrita acima?

- A) Será exibida uma mensagem de erro informando que já existe um arquivo na pasta de destino com o mesmo nome do arquivo que se quer mover.
- B) Será exibida uma mensagem de erro informando que o arquivo da pasta de destino a ser substituído é de leitura somente.
- C) Será criada, na pasta de destino, uma cópia do arquivo movido, cujo nome será `saldo(2).docx`.
- D) Será aberto um diálogo a partir do qual o usuário poderá substituir o arquivo da pasta de destino pelo arquivo da pasta de origem.
- E) Será criada, na pasta de destino, uma cópia do arquivo movido, cujo nome será `saldo - Cópia.docx`.

Questão 14

O website dos Correios (www.correios.com.br) está instalado em uma máquina cujo endereço IP é 200.252.60.24 . Ele usa a porta padrão do protocolo http.

Qual URL permite acessar corretamente a página inicial desse website?

- A) <http://200.252.60.24/100>
- B) <http://200.252.60.24:80>
- C) <http://200.252.60.24:100>
- D) <http://200.252.60.24/100.html>
- E) <http://200.252.60.24/80>

Questão 15

Alguns bancos comerciais obrigam que se instale módulos de segurança nos navegadores Web visando proteger as operações bancárias que seus clientes realizam cotidianamente.

No navegador Firefox, o diálogo que permite ativar e desativar esses plug-ins pode ser alcançado com exatos três cliques do mouse. O primeiro clique deve ser feito sobre o menu Ferramentas, o terceiro clique sobre a opção Plugins e o segundo clique sobre o item de menu:

- A) informações da página
- B) opções
- C) downloads
- D) configurar página
- E) complementos

RACIOCÍNIO LÓGICO**Questão 16**

Se Felipe é nadador, então Aline não é maratonista. Ou Aline é maratonista, ou Gustavo é tenista. Se Paulo não é jogador de futebol, então Felipe é nadador. Ora nem Gustavo é tenista nem Inácio é judoca. Logo:

- A) Se Aline é maratonista, Felipe é nadador.
- B) Paulo não é jogador de futebol e Aline é maratonista.
- C) Paulo é jogador de futebol e Aline é maratonista.
- D) Gustavo é tenista ou Felipe é nadador.
- E) Paulo é jogador de futebol e Felipe é nadador.

Questão 17

Sabe-se que Juvenal estar de folga é condição necessária para Matheus trabalhar e condição suficiente para Danilo treinar com Carlos. Sabe-se, também, que Danilo treinar com Carlos é condição necessária e suficiente para Leonardo treinar com Leandro. Assim, quando Leonardo não treina com Leandro:

- A) Juvenal não está de folga, e Matheus trabalha, e Danilo treina com Carlos.
- B) Juvenal está de folga, e Matheus não trabalha, e Danilo treina com Carlos.
- C) Juvenal está de folga, e Matheus trabalha, e Danilo não treina com Carlos.
- D) Juvenal não está de folga, e Matheus trabalha, e Danilo não treina com Carlos.
- E) Juvenal não está de folga, e Matheus não trabalha, e Danilo não treina com Carlos.

Questão 18

A afirmação "não é verdade que, se Fátima é paraense, então Robson é carioca" é logicamente equivalente à afirmação:

- A) não é verdade que "Fátima é paraense ou Robson não é carioca".
- B) não é verdade que "Fátima não é paraense ou Robson é carioca".
- C) não é verdade que "Fátima não é paraense ou Robson não é carioca".
- D) é verdade que "Fátima é paraense e Robson é carioca".
- E) é verdade que "Fátima é paraense ou Robson é carioca".

Questão 19

Durante uma operação policial, 15 homens foram detidos e transportados para a delegacia em três transportes, o primeiro com seis lugares, o segundo com cinco lugares e o terceiro com quatro lugares. O número de maneiras, que os detidos podem ser transportados para delegacia, é:

- A) $C_{15,6} \cdot C_{15,5} \cdot C_{15,4}$
- B) $C_{15,6} \cdot C_{9,5} \cdot C_{4,4}$
- C) $A_{15,6} \cdot A_{15,5} \cdot A_{15,4}$
- D) $(P_{15}): (P_6 + P_5 + P_4)$
- E) $P_6 \cdot P_5 \cdot P_4$

Questão 20

Uma investigadora e um escrivão às vezes viajam durante suas férias. Estando de férias, a probabilidade dela viajar para o Rio de Janeiro é de 0,54; de viajar para a Bahia é de 0,32; a probabilidade de viajar para o Rio de Janeiro e para a Bahia é 0,18. Estando ele de férias, a probabilidade dele viajar para São Paulo é de 0,51; de viajar para Minas Gerais é de 0,38; a probabilidade de viajar para São Paulo e para Minas Gerais é de 0,16. Portanto, a probabilidade de, durante as férias deles, a investigadora não viajar (nem para o Rio de Janeiro e nem para a Bahia) e do escrivão viajar (para São Paulo ou viajar para Minas Gerais), é igual a:

- A) 23,36%
- B) 80,85%
- C) 85,32%
- D) 34,68%
- E) 49,64%

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO**Questão 21**

No que se refere aos poderes da Administração Pública, é correto afirmar que:

- A) praticado o ato por autoridade, no exercício de competência delegada, contra a autoridade delegante caberá mandado de segurança, ou outra medida judicial, por ser detentora da competência originária.
- B) o Poder regulamentar deverá ser exercido nos limites legais, sem inovar no ordenamento jurídico, expedindo normas gerais e abstratas, permitindo a fiel execução das leis, minudenciando seus termos.
- C) o Poder Hierárquico é o escalonamento vertical típico da administração direta. Desta forma, a aplicação de uma penalidade pelo poder executivo da União a uma concessionária de serviço público é uma forma de manifestação deste Poder.
- D) tanto a posição da doutrina, quanto da jurisprudência são pacíficas sobre a possibilidade de edição dos regulamentos autônomos, mesmo quando importarem em aumento de despesas.
- E) decorre do Poder Hierárquico a punição de um aluno de uma universidade pública pelo seu reitor, uma vez que este é o chefe da autarquia educacional, sendo competência dele a punição dos alunos faltosos.

Questão 22

Considerando a Lei nº 9.784/1999, que regulamenta o processo administrativo, assinale a opção correta.

- A) O julgamento acatará o relatório da comissão, salvo quando contrário às provas dos autos.
- B) Pode ser objeto de delegação a decisão de recursos administrativos.
- C) A revisão administrativa pode resultar agravamento da sanção.
- D) Os prazos do recurso no processo administrativo não se exclui o dia do começo e inclui-se o dia do vencimento.
- E) A delegação pode ser encarada como a possibilidade de o órgão administrativo de maior hierarquia arrogar-se competência de órgão hierarquicamente inferior.

Questão 23

“Por mais impopular que seja uma decisão, embasada por estudo técnico dos seus servidores, os dirigentes não poderão ser exonerados à vontade do chefe do executivo” (PINHEIRO MADEIRA, José Maria. Administração Pública, Freitas Bastos, 12ª. Ed., 2014, p. 929). Em relação às entidades que integram a Administração Pública Indireta, nessa citação acima, é correto afirmar que há referência à(ao):

- A) órgão autônomo.
- B) empresa pública.
- C) sociedade de economia mista.
- D) fundação.
- E) agência reguladora.

Questão 24

Considere o texto constitucional: art. 66, § 1º - Se o Presidente da República considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente do Senado Federal os motivos do veto. Continua o texto constitucional: § 3º Decorrido o prazo de quinze dias, o silêncio do Presidente da República importará sanção.

Diante do silêncio da Administração Pública, assinale a opção correta.

- A) Uma vez chamada a se manifestar sobre determinado assunto relacionado à administração da coisa pública, o silêncio estatal pode configurar uma lesão ou ameaça de lesão ao direito do administrado. Dessa forma, o poder judiciário não poderá ser manifestado para sanar tal ato, em virtude da separação dos poderes, nem poderá determinar que o agente competente o pratique.
- B) O silêncio da administração nunca significará manifestação de vontade.
- C) Somente o texto constitucional poderá determinar o silêncio da Administração Pública como manifestação de vontade, sendo vedado ao legislador infraconstitucional prever efeitos ao silêncio estatal.
- D) Quando a Administração Pública é chamada a se manifestar sobre determinado assunto, todavia se mantém silente, em regra, esta inércia significa manifestação de vontade, no sentido de aceitação, em respeito ao princípio da razoável duração do processo, inciso LXXVIII, do artigo 5º da Constituição Federal.
- E) Em regra o silêncio da Administração Pública não significa manifestação de vontade, todavia, em respeito ao princípio da legalidade, artigo 37, "caput", da Constituição Federal, pode o texto legal prever efeitos ao silêncio da Administração Pública, sendo este qualificado pelo decurso de prazo determinado em lei.

Questão 25

Com relação à responsabilidade civil do Estado e abuso do poder, bem como ao enriquecimento ilícito, julgue os itens a seguir, marcando apenas a opção correta.

- A) A teoria do risco administrativo responsabiliza o ente público de forma objetiva pelos danos causados por seus agentes a terceiros de forma comissiva. Esta teoria admite causas de exclusão da responsabilidade, entre elas a culpa exclusiva da vítima.
- B) A teoria do risco integral foi adotada pela Constituição Federal de 1988, porém em casos específicos, como os danos decorrentes de atividade nuclear ou danos ao meio ambiente. Tal posição é pacífica na doutrina, havendo causas de exclusão da responsabilidade estatal, como o caso fortuito e a força maior.
- C) A teoria adotada na Constituição Federal Brasileira, notadamente no artigo 37, §6º, é a teoria do risco suscitado ou risco criado, em que o Estado por seus atos comissivos cria o risco de dano com suas atividades, não admitindo causa de exclusão desta responsabilidade.
- D) A responsabilidade civil do Estado será subjetiva em casos de omissão, adotando o ordenamento jurídico, nestes casos, a teoria civilista, restando necessário a comprovação de dolo ou culpa do servidor que se omitiu no caso específico.
- E) A responsabilidade civil do Estado é sempre de natureza contratual, uma vez que há entre o Estado e o cidadão um verdadeiro contrato social, pacto este implícito que deve ser cumprido por ambas as partes.

Questão 26

Com relação à Lei nº 8.429, de 1992, a chamada lei de improbidade administrativa, assinale a assertiva correta.

- A) Os atos de improbidade administrativa são sempre imprescritíveis, conforme mandamento constitucional.
- B) Juvenal, Deputado Federal do Estado do Pará, não prestou contas das despesas realizadas em viagem à Venezuela, já que a viagem foi humanitária, e solicitada pela presidência da República e de caráter sigiloso. Sendo assim, o caráter sigiloso retira do Deputado o dever de prestar contas sobre os gastos.
- C) Somente os agentes públicos podem ser sujeitos ativos dos atos de improbidade administrativa, não respondendo por tais atos o particular, já que o mesmo não possui vínculo com a Administração Pública.
- D) Os atos do governador do Estado do Pará não poderão ser questionados em possível ação de improbidade administrativa, uma vez que suas contas foram aprovadas pelo Tribunal de Contas do Estado.
- E) No momento de aplicação da pena por ato de improbidade administrativa, o magistrado deverá considerar a extensão do dano causado, sendo possível a transação, composição dos danos ou acordo, que nunca entretanto terão como objeto o direito matéria em si.

Questão 27

Foi veiculada na mídia a notícia de que um assessor parlamentar fora preso por desvio de dinheiro público. Com base na lei de improbidade administrativa, é correto afirmar que:

- A) os atos de improbidade administrativa que violam os princípios da administração previstos na lei de improbidade administrativa são taxativos, podendo ser cometidos de forma dolosa ou culposa.
- B) conforme a doutrina majoritária, as sanções que o assessor parlamentar com base na lei de improbidade administrativa são de natureza civil.
- C) o delito de improbidade administrativa, previsto na Lei nº 8.429, é sempre de natureza comissiva, nunca omissiva.
- D) dentre as diversas penas previstas na lei, encontra-se a indisponibilidade dos bens do assessor, afastamento deste e o bloqueio de suas contas, além de outras que o juízo considerar conveniente.
- E) tal prisão decorreu da aplicação direta da Lei nº 8.429, já que ela é uma lei que prevê punições de caráter penal, civil e administrativa.

Questão 28

Assinale a alternativa que corretamente discorre sobre critérios a serem observados nos processos administrativos por força da Lei nº 9.784 de 1999.

- A) Em eventual ausência de leis processuais administrativas próprias, aos Estados e Municípios, é inconcebível a aplicação da legislação federal vigente, ainda que por analogia.
- B) Justamente a salvaguarda do direito adquirido, do ato jurídico perfeito e da coisa julgada, veda-se objetivamente a aplicação retroativa de nova interpretação.
- C) O sistema jurídico-constitucional brasileiro assentou, como postulado absoluto, incondicional e inderrogável, o princípio da irretroatividade de novas interpretações da legislação administrativa.
- D) É possível a aplicação retroativa da lei mais benéfica ao acusado de cometer uma infração administrativa.
- E) A retroatividade da lei mais benéfica em matéria penal tem uma tendência humanitária que se repete no campo administrativo, justificando-se igual retroatividade.

Questão 29

Considere a situação em que a Administração Pública municipal edite um ato administrativo de permissão para que o administrado em certo local explore um parque de diversões. Posteriormente, surge a nova lei de zoneamento que se mostra incompatível com a permissão anteriormente concedida. Assinale a opção correta, no tocante à forma de extinção do ato administrativo.

- A) Cassação
- B) Caducidade
- C) Anulação
- D) Extinção Natural do ato
- E) Extinção Subjetiva

Questão 30

No que se refere à organização da Administração Pública Direta e Indireta, assinale a alternativa correta.

- A) Há um controle pela Administração Direta, nas entidades da Administração Indireta, denominado controle hierárquico.
- B) Conselhos que controlam as profissões possuem a natureza jurídica de empresas públicas.
- C) Não se concebe à autarquia o mesmo tratamento dos entes da federação em matéria de privilégio fiscal.
- D) As estatais possuem prazo em quádruplo para contestar e em dobro para recorrer.
- E) Estatal lucrativa não está sujeita ao teto máximo de remuneração dos ministros do STF, ao se manter com os seus próprios recursos, sem orçamento do ente federativo criador.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL**Questão 31**

Nos termos dos direitos e deveres individuais e coletivos, previstos na Constituição Federal, é correto afirmar:

- A) Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.
- B) Toda propriedade rural, desde que trabalhada pela família do proprietário, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento.
- C) Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo apenas nos casos de crime propriamente militar, definidos em lei.
- D) Nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado depois da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.
- E) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há menos de um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.

Questão 32

Acerca dos direitos sociais, previstos na Constituição Federal, é correto afirmar:

- A) É vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até o final do mandato.
- B) É vedado à categoria dos trabalhadores domésticos o direito à remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.
- C) O limite de idade para a inscrição em concurso público só se legitima em face da vedação constitucional de diferença de critério de admissão por motivo de idade, quando possa ser justificado pela natureza das atribuições do cargo a ser preenchido.
- D) Admite-se a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um município.
- E) A lei poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.

Questão 33

“Os direitos fundamentais são bens jurídicos em si mesmos considerados, conferidos às pessoas pelo texto constitucional, enquanto as garantias são instrumentos por meio dos quais é assegurado o exercício desses direitos, bem como a devida reparação, em caso de violação.” (Vicente Paulo, Marcelo Alexandrino, Direito Constitucional Descomplicado, 7ª edição, Rio de Janeiro, Forense, 2011, p. 100). Sobre o assunto, assinale a alternativa correta.

- A) A realização de manifestações públicas como a denominada “Marcha da Maconha” não encontra amparo no exercício do direito fundamental de reunião e da livre manifestação do pensamento, uma vez que consiste em afronta ao ordenamento jurídico na esfera penal como verdadeira apologia à prática de crime.
- B) A proteção constitucional à inviolabilidade domiciliar há que ser entendida restritivamente aos conceitos de residência e domicílio, não devendo, portanto, ser estendido a locais não abertos ao público no qual a pessoa exerça sua profissão ou atividade.
- C) A gravação clandestina, como aquela em que captação e gravação de áudio e vídeo de conversa pessoal, ambiental ou telefônica se dão no mesmo momento em que a conversa se realiza, feita por um dos interlocutores, sem conhecimento dos outros ou por terceira pessoa, sem conhecimento dos demais, afronta o preceito constitucional da inviolabilidade do sigilo das comunicações telefônicas.
- D) Encontra-se em clara e ostensiva contradição com o fundamento constitucional da dignidade da pessoa humana, com o direito à honra, intimidade e vida privada utilizar-se em desobediência expressa à autorização judicial ou aos limites de sua atuação, de bens e documentos pessoais apreendidos ilicitamente acarretando injustificado dano à dignidade da pessoa humana, autorizando a ocorrência de indenização por danos materiais e morais, além do respectivo direito à resposta e responsabilização penal.
- E) A inviolabilidade do sigilo das correspondências, das comunicações telegráficas e de dados são absolutas, uma vez que a previsão constitucional apenas ressalva a possibilidade de interceptação das comunicações telefônicas, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

Questão 34

Sobre os direitos constitucionais à vida, à liberdade e à igualdade, é correto afirmar que a:

- A) objeção de consciência é alusiva às obrigações legais a todos impostas que podem ser eximidas por motivo de crença religiosa ou convicção filosófica ou política, sem que os direitos fundamentais de quem a opção sejam perdidos ou suspensos, ressalvado o descumprimento de prestação alternativa.
- B) prerrogativa do foro em favor da mulher e sua aplicação tanto para a ação de separação judicial quanto para a de divórcio direto fere o princípio constitucional da isonomia de tratamento entre homens e mulheres.
- C) liberdade de expressão e de manifestação de pensamento somente pode admitir qualquer tipo de limitação prévia de natureza política, ideológica ou artística caso haja lei ordinária regulando a matéria.
- D) pena de morte é objeto de cláusula pétrea ou limitação ao poder constituinte derivado reformador, de forma que proposta de emenda que a comine não pode ser deliberada, uma vez que afronta ao direito constitucional à vida, não se admitindo a pena de morte nem mesmo em tempo de guerra.
- E) liberdade de locomoção é desenhada como possibilidade de ingresso, circulação interna e saída do território nacional, sendo preservada mesmo com a decretação de estado de sítio com fundamentação em comoção grave de repercussão nacional. A liberdade de locomoção apenas é restringida com advento da declaração de guerra.

Questão 35

O kuwaitiano Fehaid al-Deehani, que compete no Rio de Janeiro sob a bandeira olímpica, ou seja, como atleta independente, escreveu nesta quarta-feira (10) seu nome na história olímpica ao se tornar o primeiro atleta 'sem país' da história a conquistar a medalha de ouro olímpica. O título veio no duplo fosso do tiro esportivo. O italiano Marco Innocenti ficou com prata e o britânico Steven Scott com o bronze. (O Tempo - publicado em 10/08/16 - 20h35). Quanto ao direito da nacionalidade, nos termos da Constituição Federal, é correto afirmar:

- A) Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que adquirir outra nacionalidade por imposição de naturalização, pela norma estrangeira, ao brasileiro residente em estado estrangeiro, como condição para permanência em seu território ou para o exercício de direitos civis.
- B) São brasileiros naturalizados os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.
- C) São brasileiros natos os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral.
- D) É privativo de brasileiro nato o cargo de Senador.
- E) São brasileiros naturalizados os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.

Questão 36

Os Direitos Políticos estatuem a possibilidade de o cidadão participar do processo político e das decisões do país. No que toca a este tema, de acordo com a Constituição Federal:

- A) o mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.
- B) podem alistar-se como eleitores os conscritos, durante o período do serviço militar obrigatório.
- C) durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos são elegíveis, devendo, se contarem menos de dez anos de serviço, afastar-se da atividade.
- D) o alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os maiores de dezoito anos e menores de setenta anos.
- E) uma das condições de elegibilidade, na forma da lei é ter a idade mínima de trinta anos para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador.

Questão 37

Charles de Montesquieu (1689 – 1755), político, filósofo, escritor francês, é autor da célebre obra "O Espírito das Leis". Neste livro, o referido pensador teoriza sobre a separação dos poderes. No que respeita ao Poder Legislativo, segundo a Constituição, é correto afirmar:

- A) O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário.
- B) O número total de Deputados, bem como a representação por Estado e pelo Distrito Federal, será estabelecido por lei complementar, proporcionalmente à população, procedendo-se aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de cinco ou mais de sessenta Deputados.
- C) A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema majoritário, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.
- D) Cada Estado e o Distrito Federal elegerão dois Senadores, com mandato de oito anos.
- E) Cabe ao Congresso Nacional, independentemente da sanção do Presidente da República, dispor sobre plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado.

Questão 38

Sobre a competência do Congresso Nacional, Câmara dos Deputados e Senado Federal, nos termos da Constituição Federal, é correto afirmar:

- A) Compete exclusivamente ao Congresso nacional autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.
- B) Compete privativamente à Câmara dos Deputados aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.
- C) Compete exclusivamente ao Congresso Nacional dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público Federal.
- D) Compete privativamente à Câmara dos Deputados julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo.
- E) Compete privativamente ao Senado Federal aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de Ministros do Tribunal de Contas da União indicados pelo Presidente da República.

Questão 39

Com relação aos Deputados Federais e Senadores, nos termos da Constituição Federal, é correto afirmar:

- A) As imunidades de Deputados ou Senadores subsistirão durante o estado de sítio, só podendo ser suspensas mediante o voto de um terço dos membros da Casa respectiva, nos casos de atos praticados fora do recinto do Congresso Nacional, que sejam incompatíveis com a execução da medida.
- B) Não perderá o mandato o Deputado ou Senador investido no cargo de Ministro de Estado, Governador de Território, Secretário de Estado, do Distrito Federal, de Território, de Prefeitura de Capital ou chefe de missão diplomática temporária.
- C) A incorporação às Forças Armadas de Deputados e Senadores, embora militares em tempo de guerra, não dependerá de prévia licença da Casa respectiva.
- D) Perderá o mandato o Deputado ou Senador que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à quarta parte das sessões ordinárias da Casa a que pertencer, salvo licença ou missão por esta autorizada.
- E) Os Deputados e Senadores serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, bem como sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações.

Questão 40

“A emenda é a modificação de certos pontos, cuja estabilidade o legislador constituinte não considerou tão grande como outros mais valiosos, se bem que submetida a obstáculos e formalidades mais difíceis que os exigidos para alteração das leis ordinárias.” (SILVA, José Afonso da, Curso de Direito Constitucional Positivo. 25ª edição, São Paulo, Malheiros, 2005, p.132). Marque assertiva correta de acordo com o processo legislativo de elaboração de emenda à Constituição Federal.

- A) Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir a forma federativa de Estado.
- B) A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada poderá ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.
- C) A proposta de Emenda à Constituição será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, dois quintos dos votos dos respectivos membros.
- D) A Constituição não poderá ser emendada apenas na vigência de intervenção federal e de estado de defesa.
- E) A Constituição poderá ser emendada mediante proposta de um terço das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

NOÇÕES DE DIREITO PENAL**Questão 41**

O homicídio é doutrinariamente classificado como crime:

- A) de dano, material e instantâneo de efeitos permanentes.
- B) vago, permanente e multitudinário.
- C) próprio, de perigo individual e de consumação antecipada.
- D) de concurso necessário, comum e de forma livre.
- E) de mão própria, habitual e de forma vinculada.

Questão 42

A fim de subtrair pertences de Bartolomeu, Marinalda coloca barbitúricos em sua bebida, fazendo-o desfalecer. Em seguida, a mulher efetiva a subtração e deixa o local, sendo certo que o lesado somente vem a acordar algumas horas depois. Nesse contexto, é correto afirmar que Marinalda praticou crime de:

- A) furto qualificado.
- B) apropriação indébita.
- C) estelionato.
- D) extorsão.
- E) roubo.

Questão 43

Sobre o crime culposo, é correto afirmar que:

- A) sua caracterização independe da previsibilidade objetiva do resultado.
- B) é dispensável a verificação do nexo de causalidade entre conduta e resultado.
- C) encontra seu fundamento legal no artigo 18, I, do Código Penal.
- D) se alguém atea fogo a um navio para receber o valor de contrato de seguro, embora saiba que com isso provocará a morte dos tripulantes, essas mortes serão reputadas culposas.
- E) há culpa quando o sujeito ativo, voluntariamente, descumpre um dever de cuidado, provocando resultado criminoso por ele não desejado.

Questão 44

Configura estupro de vulnerável a(o):

- A) manutenção de relações sexuais com pessoa desacordada em virtude de severa embriaguez, ainda que a vítima, depois de concluída a conduta e ao recuperar sua consciência, passe a consentir para com o ato libidinoso.
- B) indução de menor de 14 anos a presenciar a prática de atos libidinosos, a fim de satisfazer a lascívia de outrem.
- C) constrangimento, mediante violência, de pessoa portadora de enfermidade mental à prática de conjunção carnal, ainda que a vítima tenha o necessário discernimento para a prática do ato sexual.
- D) assédio, no ambiente de trabalho de adolescente aprendiz, que conte com 16 anos de idade, visando a obter favorecimento de natureza sexual.
- E) prática de sexo anal consentido com adolescente de 14 anos de idade que esteja submetido à prostituição.

Questão 45

Sobre a participação em sentido estrito, é correto afirmar que:

- A) adota-se, no Brasil, a teoria da acessoriedade máxima.
- B) o auxílio material é ato de participação em sentido estrito, ao passo em que a instigação é conduta de autor.
- C) assume a condição de partícipe aquele que executa o crime, salvo quando adotada a teoria subjetiva.
- D) não há participação culposa em crime doloso.
- E) na teoria do domínio do fato, partícipe é a figura central do acontecer típico.

Questão 46

A fim de produzir prova em processo penal, o Juiz de Direito de determinada comarca encaminha requisição à Delegacia de Polícia local, ordenando que seja realizada busca domiciliar noturna na casa de um réu. O Delegado de Polícia designa, assim, uma equipe de agentes para o cumprimento da medida, sendo certo que um dos agentes questiona a legalidade do ato, dado o horário de seu cumprimento. O Delegado confirma a ilegalidade. No entanto, sustenta que a diligência deve ser realizada, uma vez que há imposição judicial para seu cumprimento. Com base apenas nas informações constantes do enunciado, caso os agentes efetivem a busca domiciliar noturna:

- A) não agirão criminosamente, uma vez que atuam no estrito cumprimento do dever legal.
- B) agirão criminosamente.
- C) não agirão criminosamente, em virtude de coação moral irresistível.
- D) não agirão criminosamente, já que há mera obediência hierárquica.
- E) não agirão criminosamente, pois amparados pelo estado de necessidade.

Questão 47

O crime de ameaça:

- A) não pode ser praticado por meios simbólicos.
- B) é de ação penal privada.
- C) pressupõe a injustiça do mal prometido.
- D) quando usado como meio executório de um roubo, coexiste com este em concurso de crimes.
- E) não admite transação penal.

Questão 48

Cremilson foi denunciado pelo Ministério Público por ter praticado lesão corporal de natureza grave. No curso de ação penal, resta comprovado ser ele portador de enfermidade mental, o que determinou sua absolvição imprópria. Isso significa que Cremilson:

- A) era, ao tempo da sentença, inteiramente incapaz de compreender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com este entendimento.
- B) era, ao tempo da ação, inteiramente incapaz de compreender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com este entendimento.
- C) não era, ao tempo da sentença, inteiramente capaz de compreender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com este entendimento.
- D) não era, ao tempo da sentença, inteiramente capaz de compreender o caráter ilícito do fato, embora possuísse pela autodeterminação.
- E) não era, ao tempo da ação, inteiramente capaz de compreender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com este entendimento.

Questão 49

Leia as alternativas a seguir e assinale a correta.

- A) A pessoa jurídica só pode ser sujeito passivo em crimes patrimoniais.
- B) A pessoa jurídica pode ser sujeito passivo em crime de difamação.
- C) A pessoa jurídica pode figurar como sujeito ativo de crime contra a administração pública previsto no Código Penal.
- D) Os inimputáveis não podem ser vítimas de crimes contra a honra.
- E) O inimputável por embriaguez proveniente de caso fortuito não pode figurar como sujeito passivo.

Questão 50

Considerando apenas as informações existentes nas alternativas, assinale aquela que caracteriza crime de lesão corporal gravíssima (art. 129, § 2º, do CP).

- A) Queimar culposamente significativa parte do corpo da vítima, de modo a causar-lhe deformidade permanente.
- B) Lesionar a vítima dolosamente, causando-lhe por culpa incapacidade permanente para o trabalho.
- C) Provocar dolosamente a perda de audição em um dos ouvidos da vítima.
- D) Transmitir a vítima, intencionalmente, enfermidade grave, mas curável.
- E) Agredir a vítima com intenção de interromper sua gravidez mediante aborto, o que efetivamente ocorre.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL**Questão 51**

O inquérito policial consiste no conjunto de diligências efetuadas pela polícia judiciária para a apuração de uma infração penal e de sua autoria. Trata-se de procedimento investigatório de caráter administrativo instaurado pela autoridade policial. De acordo com o Código de Processo Penal brasileiro:

- A) nos crimes de ação penal privada, o inquérito policial poderá ser iniciado de ofício pela Autoridade Policial.
- B) o inquérito policial, nos crimes em que ação pública depender de representação, não poderá ser iniciado.
- C) inquérito deverá terminar no prazo de 5 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de 15 dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.
- D) nos crimes de ação penal pública, o inquérito policial poderá ser iniciado por requerimento da Autoridade Judiciária ou do Ministério Público.
- E) do despacho que indeferir o requerimento do ofendido para a instauração do inquérito policial, não cabe recurso.

Questão 52

Sabendo que o inquérito policial é um procedimento administrativo para angariar provas sobre a materialidade e a autoria de uma infração penal, e que quando concluído será encaminhado para os seus destinatários imediato e mediato, é correto afirmar que:

- A) o Ministério Público não poderá requerer a devolução do inquérito à autoridade policial, senão para novas diligências, imprescindíveis ao oferecimento da denúncia.
- B) nos crimes de ação pública, os autos do inquérito serão remetidos ao juízo competente, onde aguardarão a iniciativa do ofendido ou de seu representante legal, ou serão entregues ao requerente, se o pedir, mediante traslado.
- C) depois de ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade competente, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial não poderá proceder a novas pesquisas, se de outras provas tiver notícia.
- D) a autoridade policial poderá mandar arquivar autos de inquérito policial.
- E) o ofendido, ou seu representante legal, e o indiciado não poderão requerer qualquer diligência durante a fase de inquérito policial.

Questão 53

No que tange à competência, o Direito Processual Penal brasileiro adotou, como regra, a teoria da(o):

- A) ubiquidade.
- B) atividade.
- C) alternatividade.
- D) equivalência dos antecedentes causais.
- E) resultado.

Questão 54

A competência é a medida da Jurisdição, distribuída entre os vários magistrados, que compõem organicamente o Poder Judiciário do Estado. A conexão e a continência integram os critérios para a fixação dessa competência. A doutrina brasileira no âmbito do processo penal traz diversas classificações e consectários a respeito da conexão e da continência. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- A) A conexão intersubjetiva por concurso é a situação de vários agentes que cometem infrações penais em tempo e lugares diferentes, embora umas sejam destinadas, pelo liame subjetivo que liga os autores, a servir de suporte às seguintes.
- B) A conexão instrumental, chamada também pela doutrina de conexão consequencial, lógica ou teleológica, demonstra que há vários autores cometendo crimes para facilitar ou ocultar outros, bem como para garantir a impunidade ou vantagem do que já foi feito.
- C) A conexão intersubjetiva por simultaneidade trata-se da situação dos agentes que cometem crimes uns contra os outros.
- D) A conexão objetiva é o nome dado à autêntica forma de conexão processual. Denomina-se, também, conexão ocasional, significando que todos os feitos somente deveriam ser reunidos se a prova de uma infração servisse, de algum modo, para a prova de outra, bem como se as circunstâncias elementares de uma terminassem influenciando para a prova de outra.
- E) No processo penal brasileiro não se admite a fixação da competência pela continência.

Questão 55

A ação penal pode ser classificada como Pública ou Privada, levando-se em consideração o responsável pelo seu ajuizamento. A perempção, o perdão, a decadência e a renúncia são institutos relacionados ao prosseguimento da ação penal. Sendo assim, é possível afirmar que:

- A) o perdão concedido a um dos querelados aproveitará a todos, sem que produza, todavia, efeito em relação ao que o recusar.
- B) concedido o perdão pelo querelante, mediante declaração expressa nos autos, o Juiz julgará extinta a punibilidade, independentemente da aceitação do perdão pelo querelado.
- C) quando, iniciada a ação penal privada, o querelante deixar de promover o andamento do processo durante 30 dias seguidos, ocorrerá a decadência.
- D) a renúncia ao exercício do direito de queixa, em relação a um dos autores do crime, não se estenderá aos demais.
- E) nos casos em que somente se procede mediante queixa, considerar-se-á perempta a ação penal quando, falecendo o querelante, ou sobrevindo sua incapacidade, não comparecer em juízo, para prosseguir no processo, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, qualquer das pessoas a quem couber fazê-lo.

Questão 56

De acordo com a doutrina, caberá a prisão temporária na seguinte hipótese:

- A) quando imprescindível para as investigações do inquérito policial ou houver fundadas razões, de acordo com qualquer prova admitida na legislação penal, de autoria ou participação do indiciado nos crimes listados na Lei nº 7.960 (Lei de Prisão Temporária).
- B) quando imprescindível para as investigações do inquérito policial e houver fundadas razões, de acordo com qualquer prova admitida na legislação penal, de autoria ou participação do indiciado nos crimes listados na Lei nº 7.960 (Lei de Prisão Temporária).
- C) quando imprescindível para as investigações do inquérito policial e o indicado não tiver residência fixa ou não fornecer elementos necessários ao esclarecimento de sua identidade
- D) para garantir a ordem pública, a ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria.
- E) quando imprescindível para as investigações do inquérito policial ou o indicado não tiver residência fixa ou não fornecer elementos necessários ao esclarecimento de sua identidade.

Questão 57

A prisão em flagrante consiste em medida restritiva de liberdade de natureza cautelar e processual. Em relação às espécies de flagrante, assinale a alternativa correta.

- A) **Flagrante preparado** é a possibilidade que a polícia possui de retardar a realização da prisão em flagrante, para obter maiores dados e informações a respeito do funcionamento, componentes e atuação de uma organização criminosa.
- B) **Flagrante presumido** consiste na hipótese em que o agente concluiu a infração penal, ou é interrompido pela chegada de terceiros, mas sem ser preso no local do delito, pois consegue fugir, fazendo com que haja perseguição por parte da polícia, da vítima ou de qualquer pessoa do povo.
- C) **Flagrante impróprio** refere-se ao caso em que a polícia se utiliza de um agente provocador, induzindo ou instigando o autor a praticar um determinado delito, para descobrir a real autoridade e materialidade de outro.
- D) **Flagrante próprio** constitui-se na situação do agente que, logo depois, da prática do crime, embora não tenha sido perseguido, é encontrado portando instrumentos, armas, objetos ou papéis que demonstrem, por presunção, ser ele o autor da infração.
- E) **Flagrante esperado** é a hipótese viável de autorizar a prisão em flagrante e a constituição válida do crime. Não há agente provocador, mas simplesmente chega à polícia a notícia de que um crime será cometido, deslocando agentes para o local, aguardando-se a ocorrência do delito, para realizar a prisão.

Questão 58

A prova em matéria processual penal tem por finalidade formar a convicção do magistrado sobre a materialidade e a autoria de um fato tido como criminoso. No que tange aos meios de prova, o Código de Processo Penal dispõe:

- A) o exame de corpo de delito não poderá ser feito em qualquer dia e a qualquer hora.
- B) quando a infração não deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, não podendo supri-lo a confissão do acusado.
- C) o exame de corpo de delito e outras perícias serão realizados por perito oficial, portador de diploma de curso superior. Na falta de perito oficial, o exame será realizado por uma pessoa idônea, portadora de diploma de curso superior preferencialmente na área específica.
- D) no caso de autópsia, esta será feita pelo menos seis horas depois do óbito, salvo se os peritos, pela evidência dos sinais de morte, julgarem que possa ser feita antes daquele prazo, o que declararão no auto.
- E) não sendo possível o exame de corpo de delito, por haverem desaparecido os vestígios, a prova testemunhal não poderá suprir-lhe a falta.

Questão 59

A expressão *habeas corpus* traduz-se literalmente do latim para o português como "tome o corpo". Em relação ao *habeas corpus* no direito brasileiro, é possível afirmar que:

- A) o Ministério Público não possui legitimidade para impetrar *habeas corpus* em favor do réu de um processo.
- B) o *habeas corpus* profilático é cabível na hipótese de já ter sido consumado o constrangimento ilegal à liberdade.
- C) o coator pode ser tanto uma autoridade quanto um particular.
- D) pessoa jurídica pode figurar como paciente em *habeas corpus*.
- E) de acordo com entendimento majoritário na doutrina e na jurisprudência, admite-se que a petição de *habeas corpus* seja apócrifa.

Questão 60

Nas palavras de Fernando Capez, "ação penal é o direito de pedir ao Estado-Juiz a aplicação do direito penal objetivo a um caso concreto...". De acordo com o Código de Processo Penal:

- A) salvo disposição em contrário, o ofendido, ou seu representante legal, decairá no direito de queixa ou de representação, se não o exercer dentro do prazo de seis meses, contado do dia em que o crime se consumou.
- B) no caso de ação penal pública condicionada, caberá a retratação da representação até o recebimento da denúncia.
- C) seja qual for o crime, quando praticado em detrimento do patrimônio ou interesse da União, Estado e Município, a ação penal será pública.
- D) ao ofendido ou a quem tenha qualidade para representá-lo caberá intentar a ação privada. No caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, o direito de oferecer queixa ou prosseguir na ação passará ao Ministério Público.
- E) será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal, perdendo o Ministério Público a sua titularidade, não podendo o *Parquet* aditar a queixa, repudiá-la ou oferecer denúncia substitutiva, deixando de intervir em todos os termos do processo.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL**Questão 61**

Quanto à investigação criminal conduzida pelo delegado de polícia, nos termos da Lei nº 12.830 de 2013, é correto afirmar que:

- A) o indiciamento, privativo do delegado de polícia, dar-se-á por ato fundamentado, mediante análise técnico-jurídica do fato, que deverá indicar a autoria, materialidade e suas circunstâncias.
- B) o inquérito policial em curso poderá ser avocado ou redistribuído por superior hierárquico, sem a necessidade de motivação.
- C) o cargo de delegado de polícia é privativo de bacharel, devendo-lhe ser dispensado o mesmo tratamento protocolar que recebem os membros do magistério superior, os oficiais superiores das forças armadas e oficiais das polícias militares.
- D) as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais exercidas pelo delegado de polícia são de natureza política, essenciais e exclusivas de Estado.
- E) ao delegado de polícia, na qualidade de autoridade policial, cabe a condução da investigação criminal através apenas do inquérito policial, que tem como objetivo a apuração das circunstâncias, da materialidade e da autoria das infrações penais, não se admitindo outro procedimento previsto em lei como meio.

Questão 62

Nos termos da lei de interceptação telefônica, Lei nº 9.296, de 1996, é correto afirmar:

- A) Deferido o pedido de interceptação de comunicação telefônica, a autoridade policial conduzirá os procedimentos de interceptação, dando ciência ao Ministério Público, que ficará impedido de acompanhar a sua realização.
- B) A decisão será fundamentada, sob pena de nulidade, indicando também a forma de execução da diligência, que não poderá exceder o prazo de quinze dias, renovável por igual tempo uma vez comprovada a indispensabilidade do meio de prova.
- C) São considerados requisitos para a admissibilidade da interceptação das comunicações telefônicas: haver indícios razoáveis da autoria ou participação em infração penal; quando a prova puder ser produzida por outros meios disponíveis e o fato investigado constituir infração penal punida, com pena de detenção.
- D) Excepcionalmente, o juiz poderá admitir que o pedido seja formulado verbalmente, desde que estejam presentes os pressupostos que autorizem a interceptação, caso em que a concessão ocorrerá sem a necessidade da sua redução a termo.
- E) Para os procedimentos de interceptação, a autoridade policial não poderá dispensar a requisição de serviços e técnicos especializados às concessionárias de serviço público.

Questão 63

Sobre a lei de drogas, Lei nº 11.343, de 2006, é correto afirmar que:

- A) apenas durante a fase do inquérito policial instaurado para apurar o crime de tráfico de substância entorpecente, é permitida, além dos previstos em lei, mediante autorização judicial e ouvido o Ministério Público, o procedimento investigatório da infiltração por agentes de polícia, em tarefas de investigação, constituída pelos órgãos especializados pertinentes.
- B) ocorrendo prisão em flagrante, a destruição das drogas será executada pela autoridade sanitária no prazo de 15 (quinze) dias na presença do delegado de polícia competente.
- C) é isento de pena o agente que, em razão da dependência, ou sob o efeito, proveniente de caso fortuito ou força maior, de droga, era, ao tempo da ação ou da omissão, qualquer que tenha sido a infração penal praticada, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- D) o perito que subscrever o laudo de constatação da natureza e quantidade da droga, para efeito da lavratura do auto de prisão em flagrante e estabelecimento da materialidade do delito, ficará impedido de participar da elaboração do laudo definitivo.
- E) recebida cópia do auto de prisão em flagrante, o juiz, no prazo de 5 (cinco) dias, certificará a regularidade formal do laudo de constatação e determinará a destruição das drogas apreendidas, guardando-se amostra necessária à realização do laudo definitivo.

Questão 64

Acerca da Lei nº 12.850, de 2013 que versa sobre organização criminosa, é correto afirmar que:

- A) na colaboração premiada, o colaborador, nos depoimentos que prestar, não estará sujeito à renúncia ao direito de permanecer em silêncio mas estará sujeito ao compromisso legal de dizer a verdade.
- B) considera-se organização criminosa a associação de 4 (quatro) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam inferiores a 4 (quatro) anos, e que sejam de caráter transnacional.
- C) se houver indícios suficientes de que o funcionário público integra organização criminosa, poderá o juiz determinar seu afastamento cautelar do cargo, emprego ou função, com prejuízo da remuneração, quando a medida se fizer necessária à investigação ou instrução processual.
- D) o juiz participará das negociações realizadas entre as partes para a formalização do acordo de colaboração, que ocorrerá entre o delegado de polícia, o investigado e o defensor, com a manifestação do Ministério Público, ou, conforme o caso, entre o Ministério Público e o investigado ou acusado e seu defensor.
- E) o juiz poderá, a requerimento das partes, conceder o perdão judicial, reduzir em até 2/3 (dois terços) a pena privativa de liberdade ou substituí-la por restritiva de direitos daquele que tenha colaborado efetiva e voluntariamente com a investigação e com o processo criminal, desde que dessa colaboração advenha um ou mais dos seguintes resultados: a identificação dos demais coautores e partícipes da organização criminosa e das infrações penais por eles praticadas; a revelação da estrutura hierárquica e da divisão de tarefas da organização criminosa; a prevenção de infrações penais decorrentes das atividades da organização criminosa; a recuperação total ou parcial do produto ou do proveito das infrações penais praticadas pela organização criminosa; a localização de eventual vítima com a sua integridade física preservada.

Questão 65

Nos termos do Estatuto do Desarmamento, Lei nº 10.826, de 2003, dentre as categorias de pessoas a seguir enumeradas, qual é aquela, para a qual existe a restrição ao direito de portar arma de fogo de propriedade particular ou fornecida pela respectiva corporação ou instituição, mesmo fora de serviço, com validade em âmbito nacional?

- A) integrantes das guardas municipais das capitais dos Estados e dos Municípios com mais de 500.000 (quinhentos mil) habitantes.
- B) integrantes das Forças Armadas.
- C) integrantes da polícia da Câmara dos Deputados.
- D) agentes operacionais da Agência Brasileira de Inteligência.
- E) agentes do Departamento de Segurança do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

Questão 66

Qual, dentre as condutas a seguir enumeradas, ocorre a incidência de crime diverso daqueles tipificados como crime de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, conforme previsto na Lei nº 7.716, de 1989?

- A) Impedir o acesso ou recusar hospedagem em hotel, pensão, estalagem, ou qualquer estabelecimento similar, por motivo de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência racial.
- B) Recusar ou impedir acesso a estabelecimento comercial, negando-se a servir, atender ou receber cliente ou comprador, por motivo de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência racial.
- C) Injuriar alguém, utilizando elementos referentes à raça, cor, etnia, religião, origem ou a condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro.
- D) Recusar, negar ou impedir a inscrição ou ingresso de aluno em estabelecimento de ensino público ou privado de qualquer grau, por motivo de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência racial.
- E) Impedir ou obstar o acesso de alguém, devidamente habilitado, a qualquer cargo da Administração Direta ou Indireta, bem como das concessionárias de serviços públicos, por motivo de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência racial.

Questão 67

No atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar, nos termos da Lei nº 11.340, de 2006, é correto afirmar como procedimento a ser adotado pela autoridade policial, sem prejuízo daqueles previstos no Código de Processo Penal:

- A) Determinar a suspensão da posse ou restrição do porte de armas do agressor.
- B) Determinar a proibição ao agressor de aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, fixando o limite mínimo de distância entre estes e o agressor.
- C) Determinar ao agressor o afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida.
- D) Determinar a proibição ao agressor o contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação.
- E) Determinar que se proceda ao exame de corpo de delito da ofendida e requisitar outros exames periciais necessários.

Questão 68

Acerca da Lei nº 9.605, de 1998, que trata das sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, é correto afirmar que constitui crime:

- A) matar, perseguir, caçar, apanhar, utilizar espécimes da fauna silvestre, nativos ou em rota migratória, qualquer que seja a hipótese.
- B) destruir ou danificar floresta considerada de preservação permanente, mesmo que em formação, ou utilizá-la com infringência das normas de proteção.
- C) abater animal, quando realizado em estado de necessidade, para saciar a fome do agente ou de sua família.
- D) a prática de grafite realizada com o objetivo de valorizar o patrimônio público ou privado mediante manifestação artística, com ou sem consentimento do proprietário ou, quando couber, do locatário ou arrendatário do bem privado.
- E) penetrar em Unidades de Conservação conduzindo substâncias ou instrumentos próprios para caça ou para exploração de produtos ou subprodutos florestais, mesmo se possuir licença da autoridade competente.

Questão 69

Nos termos da Lei nº 8.072, de 1990, é correto afirmar que constitui crime hediondo:

- A) A epidemia sem o resultado morte.
- B) Sequestro ou cárcere privado.
- C) Extorsão simples.
- D) Homicídio simples, em qualquer caso.
- E) A lesão corporal seguida de morte, quando praticada contra cônjuge, de integrantes da Força Nacional de Segurança Pública, em razão dessa condição.

Questão 70

Acerca do Estatuto do idoso, Lei nº 10.741, de 2003, é correto afirmar que:

- A) constitui crime discriminar pessoa idosa, impedindo ou dificultando seu acesso a operações bancárias, aos meios de transporte, ao direito de contratar ou por qualquer outro meio ou instrumento necessário ao exercício da cidadania, por motivo de idade.
- B) constitui crime deixar de prestar assistência ao idoso, mesmo quando impossível fazê-lo sem risco pessoal.
- C) o Estatuto do Idoso é destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 65 (sessenta e cinco) anos.
- D) admite-se a possibilidade de cobrança de valores diferenciados em razão da idade, sem a caracterização da discriminação do idoso.
- E) a limitação expressa no edital de concurso público para o provimento de cargo efetivo, quanto ao limite de idade, afasta a incidência da prática do crime de obstar o acesso de alguém a qualquer cargo público por motivo de idade.

NOÇÕES DE MEDICINA LEGAL

Questão 71

Dentre as alternativas a seguir, assinale a que representa, de acordo com a literatura sobre o tema, uma espécie de documento médico-legal.

- A) Denúncia
- B) Atestado
- C) Petição
- D) Agravo
- E) Sentença

Questão 72

Sobre a traumatologia forense, pode-se afirmar que este ramo da Medicina Legal estuda principalmente:

- A) os crimes contra a dignidade sexual.
- B) questões voltadas ao vínculo entre familiares.
- C) a gravidez, aborto e infanticídio.
- D) as lesões corporais e as energias causadoras do dano.
- E) a identidade e identificação da vítima.

Questão 73

As equimoses representam o extravasamento e dispersão do sangue nas malhas dos tecidos e podem surgir em diversas partes do corpo, bem como assumir certos tipos de coloração. De acordo com o espectro equimótico de Legrand Du Saulle, uma equimose de coloração amarela indica ter sido causada há, aproximadamente:

- A) seis meses.
- B) duas horas.
- C) um dia.
- D) doze dias.
- E) um mês.

Questão 74

A hipotermia é uma situação causada pela ação do:

- A) calor direto.
- B) ácido sulfúrico.
- C) frio.
- D) calor difuso.
- E) projétil de arma de fogo.

Questão 75

De acordo com os conceitos médico-legais, enforcamento incompleto é aquele no qual:

- A) parte do corpo da vítima toca em algum ponto de apoio ou encosta no solo.
- B) mãos e pés da vítima estão amarrados com a mesma corda.
- C) o nó do laço está localizado na parte da frente do corpo da vítima.
- D) o nó do laço está localizado na parte de trás do corpo da vítima.
- E) o corpo da vítima não encosta no solo, nem toca em qualquer ponto de apoio.

Questão 76

Segundo a literatura médico-legal, a cronotanatognose é utilizada para:

- A) indicar a quantidade de tempo que a vítima estaria ameaçada de morte.
- B) indicar o tempo médio de vida da vítima.
- C) determinar o tempo médio de duração da gestação.
- D) indicar a idade da vítima no momento da morte.
- E) determinar o tempo aproximado de morte da vítima.

Questão 77

Sobre a rigidez cadavérica, é correto afirmar que esta situação:

- A) é estudada na traumatologia forense.
- B) indica a quantidade de cristais no sangue do cadáver putrefeito.
- C) desaparece com o início da putrefação.
- D) não pode ser utilizada como indicativo do tempo aproximado da morte.
- E) é um fenômeno que impede a atuação da fauna cadavérica.

Questão 78

Acerca da necropsia, também entendida como necropsia ou exame necroscópico, é correto afirmar que:

- A) um dos objetivos é destacar a causa da morte.
- B) não pode ser realizada em indivíduos menores de um ano de idade.
- C) é um exame que pode ser realizado no indivíduo vivo ou morto.
- D) não pode ser documentada por meio de um relatório médico-legal.
- E) não pode ser realizada nas vítimas de morte violenta.

Questão 79

Com relação ao crime de estupro, é correto afirmar que o exame pericial:

- A) é restrito às vítimas do sexo masculino.
- B) pode ser realizado em homens.
- C) não pode ser realizado em mulheres grávidas.
- D) não pode ser realizado em crianças.
- E) não pode ser realizado em pessoas vírgens.

Questão 80

No que diz respeito às perícias e aos peritos é correto afirmar que:

- A) não pode ser realizada perícia em objetos falsificados.
- B) os peritos estão isentos de responsabilidade civil decorrente de dolo ou culpa.
- C) armas de fogo com numeração suprimida, raspada ou adulterada são isentas de perícia.
- D) os peritos podem ser responsabilizados criminalmente por atos no exercício da função.
- E) o Delegado de Polícia não pode requisitar uma perícia médico-legal.